

HABEAS CORPUS Nº 567.967 - RJ (2020/0072723-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : BEATRIZ NUNES DA COSTA BIANCHI
IMPETRANTE : GABRIELA AUGUSTO MONTEIRO DE SOUZA
ADVOGADOS : GABRIELA AUGUSTO MONTEIRO DE SOUZA - RJ223814
BEATRIZ NUNES DA COSTA BIANCHI - RJ224969
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MATHEUS ALMEIDA CURIONE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de MATHEUS ALMEIDA CURIONE apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n. 0078790-32.2019.8.19.0000, relator Desembargador Luiz Zveiter).

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado, como incurso nas sanções do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 6 anos e 6 meses de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de 650 dias-multa, tendo-lhe sido negado o recurso em liberdade (e-STJ fls. 40/44).

Isso, porque, segundo consta, foi apreendido tendo em depósito 193 porções de cocaína, com peso de 125g (cento e vinte e cinco gramas) – e-STJ fl. 40.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ*, tendo a ordem sido denegada pelo Tribunal de origem em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fls. 14/16):

HABEAS CORPUS. SENTENÇA CONDENANDO O PACIENTE PELA PRÁTICA DO CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS, DESCRITO NO ARTIGO 33 CAPUT DA LEI N. 11.343/2006, ÀS PENAS DE 06 (SEIS) ANOS E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO, EM REGIME FECHADO, E 650 (SEISCENTOS E CINQUENTA) DIAS-MULTA, NO VALOR MÍNIMO LEGAL, SENDO-LHE NEGADO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. PLEITO DE CONCESSÃO DE LIBERDADE ATÉ O JULGAMENTO DEFINITIVO, SOB A ALEGAÇÃO, EM SÍNTESE, DE EXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE, DE NÃO PERTENCIMENTO DO MATERIAL ENTORPECENTE APREENDIDO AO PACIENTE, DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A PRISÃO PREVENTIVA, DE INIDONEIDADE

DA SENTENÇA CONDENATÓRIA FUNDADA EM PROVA ILÍCITA, DE INDEVIDA EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE E, POR FIM, DE EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES FAVORÁVEIS AO PACIENTE POR APRESENTAR OCUPAÇÃO LÍCITA E RESIDÊNCIA FIXA. PRETENSÃO QUE NÃO MERECE PROSPERAR. AS IMPUGNAÇÕES RELATIVAS À SUFICIÊNCIA DE PROVA DA AUTORIA E À DOSAGEM DA PENA DEVEM SER ANALISADAS QUANDO DO JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO JÁ RECEBIDO PELO JUÍZO DE ORIGEM, UMA VEZ QUE A MATÉRIA EXTRAPOLA OS LIMITES COGNITIVOS DO HABEAS CORPUS. QUANTO ÀS DEMAIS ALEGAÇÕES, NÃO HÁ NOS AUTOS ELEMENTOS QUE CORROBOREM AS TESES DEFENSIVAS DE FLAGRANTE FORJADO E DE ILICITUDE DA PROVA OBTIDA POR MEIO DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. NO QUE CONCERNE Á PRETENSÃO DE RECORRER EM LIBERDADE, VERIFICA-SE QUE, EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ARTIGO 387, §1º DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, A CUSTÓDIA CAUTELAR FOI MANTIDA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA, POR PERMANECEREM HÍGIDOS OS FUNDAMENTOS QUE JUSTIFICARAM A SUA DECRETAÇÃO. INVESTIGAÇÃO SOBRE O TRÁFICO DE DROGAS NO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, NA COMARCA DE PETRÓPOLIS, QUE RESULTOU NA APREENSÃO DE 125G (CENTO E VINTE E CINCO GRAMAS) DE COCAÍNA, DISTRIBUÍDOS EM 193 (CENTO E NOVENTA E TRÊS) TUBOS COM INSCRIÇÕES, E NA PRISÃO EM FLAGRANTE DO PACIENTE ENQUANTO TENTAVA EMPREENDER FUGA DA CIDADE. EM RAZÃO DE TAIS CIRCUNSTÂNCIAS, QUE EVIDENCIAM O RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA E DE SE FRUSTRAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, O PACIENTE RESPONDEU AO PROCESSO PRESO, DEVENDO PREVALECER A REGRA CALCADA NA RAZOABILIDADE DE QUE, APÓS O JUÍZO DE CERTEZA ESTAMPADO NA CONDENAÇÃO, NÃO POSSA O CONDENADO AGUARDAR O JULGAMENTO DA APELAÇÃO EM LIBERDADE, A NÃO SER QUE HAJA MUDANÇA FÁTICA SUPERVENIENTE A JUSTIFICAR A LIBERDADE PROVISÓRIA. ORDEM DENEGADA.

Neste *writ*, sustenta a defesa a inexistência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, aduzindo ainda que o paciente possui circunstâncias pessoais favoráveis e que, diante do grande surto do coronavírus (pandemia), faria jus à concessão de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer a concessão da liminar a fim de que seja revogada a prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, que seja aplicada qualquer das medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Superior Tribunal de Justiça

É, em síntese, o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração, **notadamente a existência de eventuais decisões posteriores quanto à manutenção da segregação cautelar.**

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator